

Of. Circular nº 028/2018_CNM/BSB

Brasília, 20 de abril de 2018.

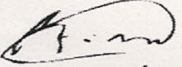
A Sua Excelência o Senhor
Prefeito Municipal

Assunto: **Assinatura da Carta Aberta à Presidência do Supremo Tribunal Federal.**

Prezado (a) Senhor (a),

1. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) renova cumprimentos e convida Vossa Excelência a participar do abaixo-assinado para requerer o julgamento em plenário da ADI 4.719, que dispõe sobre os *royalties* do petróleo. Na carta anexa, acompanhe os valores que essa conquista representa para o seu Município.
2. Ressalta-se a importância de devolver a carta assinada à CNM, via correio, para o endereço: SGAN 601 Módulo N, CEP: 70.830-010 – Brasília/DF. Destaca-se que, se houver interesse em utilizar o papel timbrado da prefeitura, é possível fazer o *download* do documento em formato específico para edição pelo *site* www.royalties.cnm.org.br.
3. Em caso de dúvidas ou esclarecimentos, entre em contato pelos seguintes canais: institucional@cnm.org.br ou (61) 2101-6000/6655.

Saudações municipalistas,


Paulo Ziulkoski
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO ORIENTE
RECEBIDO EM 28/05/18

Carta Aberta à Presidência do Supremo Tribunal Federal

Excelentíssima Senhora Presidente do Supremo Tribunal Federal
Ministra Cármen Lúcia

O movimento municipalista, com respeitosos cumprimentos, se dirige a Vossa Excelência no intuito de requerer o julgamento em Plenário da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4719, que dispõe sobre os royalties do petróleo.

No que diz respeito aos efeitos práticos da liminar, passados mais de 5 anos de produção de petróleo desde a decisão monocrática, o conjunto de Municípios e Estados brasileiros deixou de arrecadar cerca de R\$ 50 bilhões por meio do Fundo Especial do Petróleo. Só o Município de **Novo Oriente/CE** perdeu **R\$ 4.470.857,05** em razão da liminar.

Tendo em vista a atual recuperação das receitas de royalties, o movimento municipalista entende como primordial a inclusão da ADI na pauta do Plenário da Corte a ser rediscutida, confiantes da compreensão sobre a injustiça fiscal que se arrasta por anos, asseverando a crise dos Municípios.

Novo Oriente/CE, / /2018

Presidente da Câmara